





Petróleo como Fonte de Interesse Nacional e de Industrialização do Segundo Governo Vargas

Laura Brusso Rossi ,* Giulia de Oliveira Moraes , Mariana Suhre Schneider ,
Natália Horst Bitencourt 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Autor correspondente. E-mail: giulia.o.m@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa analisar como se deu a articulação da política do governo Vargas para defender os interesses nacionais referentes ao petróleo durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). A hipótese adotada é de que a política externa do governo Vargas se articulou com setores mais nacionalistas e buscou negociar a atuação de multinacionais no país de forma a defender o interesse e a política industrial desenvolvimentista. O artigo também se propõe a analisar os níveis internos e externos do processo de criação da Petrobras, a atuação de multinacionais petrolíferas em processos de lobby e de promoção midiática, bem como os debates no congresso brasileiro e as alianças políticas que influenciaram o processo decisório. A metodologia adotada é a revisão de literatura especializada de Política Externa Brasileira e de bibliografia primária. Como resultados, tem-se que a hipótese foi sustentada parcialmente, uma vez que a política do segundo governo Vargas buscou apoio interno ao se aproximar do setor nacionalista brasileiro, ao mesmo tempo em que trabalhou para não desestabilizar as suas relações com o capital estadunidense.

Palavras-chaves: Petrobras; Era Vargas; Desenvolvimento; Política externa; Estados Unidos.

1. Introdução

A busca pelo desenvolvimento e pela autonomia tem se mostrado uma constante na política externa brasileira, sendo a energia um dos elementos síntese desse processo. Assim, deve-se considerar sua importância não apenas para questões econômicas e energéticas, mas também securitárias. Como observar-se-á no presente artigo, esse aspecto, em especial estudado através do recurso petrolífero, é alvo de investidas políticas estrangeiras, a exemplo de campanhas de multinacionais estadunidenses. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como proposta analisar a articulação da política externa brasileira frente às pressões de grupos divergentes internos e externos em relação ao petróleo brasileiro. O momento histórico em questão é o segundo Governo Vargas,

de 1951 a 1954. Parte-se do pressuposto de que compreender as forças domésticas, divididas entre as “entreguistas” e as “nacionalistas”, e as externas, tais como os Estados Unidos e suas corporações petrolíferas, é primordial para a compreensão da política externa adotada em relação ao petróleo na conjuntura analisada.

A hipótese adotada é de que a política externa brasileira, durante o Segundo Governo Vargas, seguiu uma linha de barganha pragmática nacionalista, articulando-se com setores mais nacionalistas e negociando a atuação de multinacionais no país de forma a defender o interesse e a política industrial desenvolvimentista implementada na época. É válido destacar que esse processo iniciou anteriormente a esse período, sendo fortemente influenciado por campanhas midiáticas financiadas por multinacionais estadunidenses, como o Repórter Esso, e campanhas nacionais, tais como a do “O Petróleo é Nosso”. Como efeito final de tais impasses sociais e econômicos, a disputa leva à criação da estatal Petrobras, grande marco da autonomia e do desenvolvimento energético brasileiro.

O presente artigo visa, dessa forma, analisar a articulação brasileira em relação aos interesses nacionais contrários aos propósitos de multinacionais na extração e exploração do petróleo brasileiro, e, também, como tais impasses repercutiram nos debates domésticos do governo desse período e na sua política externa. A metodologia adotada é a revisão de literatura acerca da política externa brasileira em relação ao petróleo e a interferência de multinacionais da área. Dentre diversas referências, serão utilizadas fontes primárias na análise, como o Diário do Congresso Nacional, Anais do Senado e Decretos-lei relacionados à temática e ao período analisado.

2. Políticas de Petróleo: Uma Contextualização Histórica

Criada em 1953, durante o Segundo Governo de Getúlio Vargas, a Petrobras é tida como um importante marco da política externa — e interna — do governo, haja vista os diversos embates que antecedem sua existência. Dessa forma, nesta seção serão analisadas algumas medidas e debates sobre a exploração do petróleo no Brasil. Assim, pode-se observar que a participação da sociedade brasileira, dos setores estrangeiros internacionais e dos setores políticos internos na estruturação da petrolífera foi significativa, sendo a empresa resultado de uma complexa articulação política (Hirst 1990; Moura 1986).

Desde a Primeira República são recorrentes alguns níveis de preocupação com as reservas brasileiras de petróleo. Contudo, é apenas após a Revolução de 1930 que a temática tomará conta dos debates (Martins 2015). Conforme Ribeiro (2015), é a partir do governo Vargas que a política externa brasileira passará a associar a estratégia desenvolvimentista ao fortalecimento do setor energético nacional. Assim, por meio do Código de Minas (decreto n. 24.642), de 1934, estabelece-se a separação legal entre a propriedade do solo e a do subsolo, sendo qualquer riqueza mineral presente no subsolo um bem nacional da União. Esse pode ser compreendido como o marco inicial das políticas relacionadas ao petróleo no Brasil (Almeida 2008).

Posteriormente, ainda durante a Era Vargas, é criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), por meio do Decreto-Lei n. 395 de 1938. Esse órgão passou a ser o instrumento governamental responsável pelo controle da indústria petrolífera no país, podendo ser administrado apenas por brasileiros natos (Brasil 1938a; Martins

2015). Somado a isso, foi determinada a nacionalização da indústria de refino do petróleo importado ou de produção nacional, devendo a empresa ser constituída exclusivamente por brasileiros natos e, da mesma forma, ser dirigida unicamente por brasileiros natos, visando a garantia e defesa dos interesses da economia nacional. Às empresas estrangeiras que já exerciam suas atividades de refino no país, foi concedido um prazo de seis meses para se adaptarem (Brasil 1938a).

Após o fim do Estado Novo, no governo de Eurico Gaspar Dutra, nota-se uma importante mudança em relação às políticas do petróleo. Em 1947, foi enviado ao Congresso um anteprojeto do Estatuto do Petróleo, no qual objetivava-se a adequação da legislação às diretrizes mais liberais da Constituição de 1946. Assim sendo, pretendia-se autorizar atividades petrolíferas por meio de regimes de concessão (Carvalho Jr 2014; Martins 2015). Tal mudança na posição brasileira se deve, em parte, ao “alinhamento e desenvolvimento associado” adotado na política externa brasileira após a Segunda Guerra Mundial, estando o país sob a hegemonia do projeto político dos Estados Unidos (Cervo e Bueno 2002). Assim, em especial durante o governo Dutra, nota-se a consolidação dessa postura de alinhamento aos interesses dos Estados Unidos (Ribeiro 2015), ainda que a elaboração de uma legislação que permitisse a entrada de multinacionais do país na exploração petrolífera brasileira não tenha sido aprovada devido à pressão nacionalista (Carvalho Jr 2014).

Ademais, nos anos seguintes e ainda durante o governo de Dutra, inicia no país uma importante campanha, conhecida como “O Petróleo é Nosso”, contra a presença de multinacionais no controle e refino do petróleo brasileiro (Ribeiro 2015). Ideias de garantia e defesa do petróleo brasileiro estão presentes na opinião do público e de autores da época. Monteiro Lobato, por meio de seu livro “O Escândalo do Petróleo e do Ferro”, realiza uma série de denúncias acerca da interferência estrangeira na exploração do petróleo, sendo grandes trustes internacionais considerados conspiracionistas e contrários ao potencial nacional (Almeida 2008; Martins 2015). Somado a isso, os militares nacionalistas também passaram a ampliar sua defesa do monopólio estatal do petróleo (Carvalho Jr 2014).

Nesse sentido, houve forte pressão dos Estados Unidos para que o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira se desse de forma consoante aos interesses das empresas americanas (Carvalho Jr 2014). Apesar das tentativas das companhias petrolíferas de instalar suas refinarias no país, em 1948, o governo brasileiro logrou que a primeira refinaria instalada no país fosse 100% estatal, situada em território baiano (Hirst 1990).

A partir de 1951, quando Vargas assume seu segundo mandato, a política externa brasileira assume uma nova forma, conhecida como “barganha nacionalista”. Assim, a PEB passou a buscar o apoio político-estratégico dos Estados Unidos enquanto se desenvolvia o setor econômico nacional. É válido ressaltar que essas políticas trouxeram novamente à tona as discussões dos grupos tipos como “nacionalistas” e “entreguistas” que divergiam sobre a participação do capital estrangeiro no setor energético (Ribeiro 2015). O tom barganhista de Vargas fica evidente ao apresentar seu primeiro projeto relacionado à criação da Petrobras, no qual propunha-se a criação da petrolífera por meio de uma economia mista, com participação limitada do capital estrangeiro — a União teria 51% das ações (Carvalho Jr 2014; Martins 2015). Com a proposta, tentou-se agradar ambos os grupos internos, ou seja, tanto os “entreguistas” quanto os

“nacionalistas”. Contudo, o projeto foi rejeitado sendo considerado nocivo à soberania nacional e à segurança militar (Carvalho Jr 2014).

Por fim, por meio da Lei 2.004 de 1953, criou-se a Petrobras, empresa 100% estatal. Ademais, por meio dessa medida, passou-se a regular o setor petrolífero no país, sendo instituído o monopólio estatal da pesquisa, exploração, refino e transporte do petróleo. Como contrapartida a essas medidas nacionalistas, aos interesses das empresas estadunidenses foi garantida a possibilidade de permanecer atuando na distribuição dos derivados de petróleo (Carvalho Jr 2014). Logo, é visto que a política externa está sujeita às alterações e conflitos de interesses e objetivos conforme as mudanças de governos, de modo que, também está submetida aos efeitos do amplo debate político (Ribeiro 2015).

3. Nível Interno: O Debate entre “nacionalistas” e “entreguistas”

A seguinte seção tem como objetivo explorar os efeitos dos debates do governo, com ênfase nas discussões do Senado e nas alas militares, na política externa varguista sobre o petróleo. Desse modo, percebe-se a relevância do caráter doméstico na elaboração da política de Vargas com relação às empresas norte-americanas que competiam por interesses no comércio e extração do recurso no Brasil, a partir dos tensionamentos em âmbitos de grupos políticos e das forças armadas da época. A análise das decisões tomadas pela administração, que afetaram a relação com o governo de Washington em diversos âmbitos, reitera o argumento de que a política externa resulta de interações entre arenas internacionais e domésticas (Figueira 2011), sendo necessário levar em consideração as pressões internas ao governo e as estratégias de desenvolvimento em debate durante o segundo período Vargas.

Nesse contexto, é necessário inicialmente apresentar os conceitos e ideais que centralizaram as discussões políticas da época, manifestando-se no embate entre os denominados "entreguistas" e "nacionalistas". O grupo denominado "entreguistas" defendia a associação com o capital externo como meio de impulsionar o desenvolvimento nacional, reconhecendo a incapacidade do governo de realizar grandes projetos industriais sem o suporte financeiro internacional. Em contrapartida, o grupo dos "nacionalistas" se opunha à intervenção do imperialismo estrangeiro, argumentando a favor de um projeto de desenvolvimento totalmente nacional (Cervo e Bueno 2002).

O processo eleitoral do segundo governo Vargas intensificou as tensões entre as duas correntes de pensamento, não apenas nos círculos políticos, mas também nas forças armadas e entre a população em geral. Sobretudo, o fortalecimento do viés nacionalista exercia pressão sobre o poder Executivo, demandando alterações tanto na política externa quanto na interna em relação ao papel do capital estrangeiro no país (Cervo e Bueno 2002). Assim, figuras de destaque tanto no âmbito militar quanto político da época impulsionaram os debates, alinhando-se a interesses específicos. Cabe analisar, em primeiro plano, o papel dos militares na questão.

Em 1947, foram elaborados no Clube Militar, no Rio de Janeiro, debates sobre a melhor abordagem para o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, tendo-se a palestra inaugural proferida pelo General Juarez Távora, então chefe do Estado-Maior do Exército (Moura 1986; Carvalho Jr 2014). Nessa ocasião, Távora defendeu a extração de petróleo por empresas internacionais, bem como alegou a

existência de ameaças que poderiam levar a uma nova grande guerra, de modo que a produção petrolífera no Estado seria uma urgência, tanto para a segurança nacional, quanto continental, visto a aliança e a cooperação militar junto aos Estados Unidos. A orientação descrita por Távora ia ao encontro das ideias da cúpula militar dos EUA, que descreviam a necessidade da exploração de petróleo através das empresas norte-americanas (Moura 1986; Carvalho Jr 2014).

Em resposta às declarações de cunho "entreguista", militares nacionalistas buscaram o apoio do Marechal Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo e conhecido por advogar pelo monopólio estatal. Dessa forma, o Marechal desempenhou um papel central na coordenação do argumento nacionalista em relação ao desenvolvimento da indústria de petróleo (Carvalho Jr 2014). Logo, em 1951, alinhados ao seu pensamento, a ala nacionalista rejeitou a proposta de criação da Petrobras como uma sociedade de economia mista por meio de um parecer emitido pela Comissão de Estudos do Petróleo do Clube Militar (Carvalho Jr 2014).

Em 1952, Vargas dirigiu uma mensagem ao Congresso Nacional abordando a solução desenvolvida para a exploração do petróleo como "realista e Patriótica, que deve congrega o apoio de todos os bons brasileiros [...] constitui uma solução em firmes e eficientes bases nacionalistas" (Vargas, 1952, p. 15-16). Portanto, buscava-se uma aproximação com os nacionalistas, ao mesmo tempo em que se mantinham estáveis as relações com o capital estadunidense presente na indústria petrolífera, em grande parte representado pela Standard Oil e pela Shell (Carvalho Jr 2014).

No mesmo ano, a União Democrática Nacional (UDN) trouxe impasses ao projeto, alterando seu posicionamento radicalmente e adotando um tom nacionalista. Após isso, o governo optou por uma negociação junto a parlamentares associados ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)¹, o qual era presidido por Horta Barbosa (Carvalho Jr 2014; Moura 1986). Logo, a exigência pelo monopólio do Estado sobre a companhia de Petróleo foi aceita, embora as refinarias privadas já estabelecidas tenham sido mantidas, bem como a distribuição do petróleo por empresas estrangeiras que já atuavam no setor (Carvalho Jr 2014).

Em setembro do mesmo ano, após negociações com os setores nacionalistas e a UDN, o projeto que propunha o monopólio da exploração, refino e transporte foi aceito, avançando para o debate no Senado (Moura 1986; Carvalho Jr 2014). Nesse momento, embora uma maioria se alinhasse a favor de ideais privatistas, que defendiam a liberdade da iniciativa privada sobre o petróleo (Moura 1986), os Anais do Senado de 1953 descrevem a perspectiva de monopólio estatal como a mais robusta no debate.

Entre os defensores da iniciativa privada, tanto estrangeira quanto nacional, destaca-se Assis Chateaubriand (PSD), que argumentou no Senado em março de 1953 sobre a necessidade de capital privado estrangeiro para o desenvolvimento petrolífero brasileiro. Chateaubriand comparava a situação complexa do país a de diversos outros Estados, onde seus impasses foram resolvidos pela presença de investimentos externos (Brasil 1953a)². Dessa forma, juntamente aos senadores Plínio Pompeu (UDN) e Othon

1. O CEDPEN teve papel fundamental na criação da Petrobrás, tendo desenvolvido a campanha "O petróleo é nosso!" e da defesa nacionalista do monopólio estatal da companhia, envolvendo diversos setores sociais, como militares, políticos, jornalistas, movimentos estudantis (as Uniões Estaduais de Estudantes e a União Nacional de Estudantes), bem como a população geral (Moura 1986).

2. "O seu problema de petróleo os Estados Unidos resolveram-no com o capital inglês, francês, belga,

Mader (UDN), o pensamento privatista buscava atacar diretamente as justificativas nacionalistas, identificando-as como uma forma de retrocesso inadequada à realidade enfrentada (Brasil 1953a).

Do outro lado, os nacionalistas contavam com a importante atuação dos senadores Kerginaldo Cavalcanti (PSP), Domingos Velascos (PSB) e Landulpho Alves (PTB). As associações promovidas por setores rivais entre comunistas e nacionalistas exigiam que eles mantivessem uma posição defensiva sobre suas motivações, como evidenciado nas declarações de Landulpho Alves em agosto de 1953:

É a parede estanque à influência capital internacional sôbre a ordem política do país. E o obstáculo a intromissão do capital dos trustes internacionais do petróleo, procurando criar ambiente artificial, através do qual querem lançar as suas bases de submissão do Brasil, aos seus caprichos e ao seu regime escravizador. Não há, pois, peronismo, comunismo, ou golpismo em tudo isso. O que há é um clima, é uma cínica e desvelada influência de forças estranhas ao país no sentido de criar a desordem e o caos – devo repeti-lo – para que possam então exercer sua influência escravizadora. (Brasil 1953b, 58).

Dessa maneira, a argumentação baseava-se na necessidade de afastar a influência e o poder de multinacionais, especialmente norte-americanas, na extração e no comércio de petróleo no Estado. Domingos Velascos alegava que a Standard Oil havia se comprometido a investir 5.000.000 de dólares em campanhas publicitárias contra políticos nacionalistas (Brasil 1953b, 58). Portanto, a defesa contra a entrada de empresas estadunidenses era reiterada, como expresso nas palavras de Velascos: “somos contra a entrega das nossas riquezas minerais, especialmente o petróleo, aos trustes estrangeiros, cujo poderio corruptor se exerce no país abertamente” (Brasil 1953b, 333).

As últimas discussões no Senado ocorreram em setembro do mesmo ano, quando Kerginaldo Cavalcanti demandou que nenhuma concessão fosse feita a Standard Oil, no contexto do debate sobre a liberação da distribuição do recurso para empresas privadas (Brasil 1953c)³. Entretanto, mesmo com a aprovação da medida, levada em frente na Lei de criação da Petrobras, os nacionalistas contariam como uma vitória contra os trustes e ao capitalismo imperialista (Brasil 1953c)⁴.

Ao término dos debates, uma maioria dos senadores alinhou-se com as concepções privatistas, aprovando várias emendas que alteraram profundamente o projeto de desenvolvimento nacionalista. Consequentemente, ao avançar para a votação na

holandês e, até alemão. Na época, o país não tinha poder naval nem militar. Era um Estado desarmado como o Brasil de hoje. Como se explica então, que esses capitais não tivessem nenhuma parte da América, procurado envolver a soberania da União fraca, na engrenagem imperialista, que os exaltados do nacionalismo, os jacobinos brasileiros, vislumbraram, a todo momento na questão do petróleo no Brasil? Que o mundo permaneça livre dessa talagarca negra de fantasmas que só os cérebros excitados e as imaginações mórbidas dos jacobinos, insistem em ver dentro dos poços brasileiros de petróleo, abertos para iniciativa privada de fora” (Brasil 1953a, 63, fala de Assis Chateaubriand).

3. “Disse, porém, repito: – Não estou satisfeito com a Petrobrás. A Petrobrás de qualquer maneira ainda contemporizou com a Standard Oil, e eu não desejaria, sequer, essa contemporização, porque, em matéria de petróleo, devemos cortar quaisquer ilegível com empresas e trustes estrangeiros” (Brasil 1953c, 535, fala de Kerginaldo Cavalcanti).

4. “Esse capitalismo, repito e não me canso de repetir, é um corvo sinistro sôbre os destinos dos povos, fomentando o que vimos há pouco no Irã e o que está prestes a ocorrer no Egito. Êsse capitalismo só vê, seus interesses e não olha, absolutamente para a sorte dos povos onde exerce sua atividade maléfica!” (Brasil 1953c, 535, fala de Kerginaldo Cavalcanti).

Câmara, uma coalizão se formou em oposição às novas emendas, devido à sua proposta de participação financeira privada. O formato final prevaleceu com a vitória dos nacionalistas, resultando na rejeição, na Câmara, das emendas impostas pelo Senado. Assim, em 3 de outubro de 1953, foi finalmente assinada a Lei de Criação da Petrobras (Moura 1986; Carvalho Jr 2014).

Getúlio Vargas voltaria a tratar sobre a importância do projeto por meio de mensagens ao Congresso Nacional em 1954, apresentando os resultados da empresa em seu contexto nacional e desenvolvimentista.

A Nação hoje está esclarecida sobre o que significa o surgimento da “Petrobrás”, como organismo do Estado para enfrentar o problema do petróleo em bases industriais e comerciais. De sua atuação futura há de resultar, sem dúvida, profunda modificação na economia brasileira, que necessita reduzir a sua dependência do exterior, nesse campo de atividade, ou não poderá desenvolver-se plenamente. Sem derivados do petróleo, acessíveis nos volumes reclamados pelo consumo nacional crescente, toda a vida do Brasil ficaria abalada (Vargas 1954, 14).

Logo, Gerson Moura (1986), descreve a campanha em torno do petróleo, promovida pelos setores nacionalistas, como um elemento fundamental para a formação da empresa. Além de evitar a abertura ao capital estrangeiro, a campanha influenciou a mudança na postura da UDN e, de maneira significativa, levou Vargas a abandonar a alternativa conciliadora proposta em 1951, receando a possível perda de sua base de apoio política nacionalista. Ademais, devido a campanha, o governo brasileiro foi capaz de suportar a pressão norte-americana, que será detalhada a seguir, em relação à abordagem nacionalista. Por fim, a mobilização popular desempenhou um papel essencial no fortalecimento dos mecanismos de poder do governo varguista (Moura 1986).

4. Nível Externo: Ações e Interesses Estadunidenses em Relação ao Petróleo Brasileiro

A discussão sobre o petróleo, de forma distinta de outras pautas políticas, envolveu amplamente a sociedade brasileira, especialmente após a polarização iniciada com o projeto de criação da Petrobras. Nesse sentido, essa seção visa discutir o papel de setores estrangeiros internacionais — especialmente de empresas multinacionais, através da promoção de campanhas midiáticas desfavoráveis ao projeto — no processo de enfraquecimento do governo Vargas e dos setores mais nacionalistas da sociedade brasileira. A seção também ressalta o processo de lobby no setor petrolífero, visto que a administração estadunidense e as empresas privadas deste país tentaram influenciar por diversos meios a política brasileira.

O segundo governo Vargas visou alinhar a Petrobras com interesses do capital estrangeiro, evitando um confronto com o governo dos Estados Unidos e com as grandes companhias, ao mesmo tempo em que minimizava o problema das contas nacionais (Biasetto 2020). Apesar dessa tentativa de conciliação, a oposição de setores ligados ao capital petrolífero foi significativa, utilizando-se da mídia como instrumento para influenciar os debates sobre a criação da Petrobras. Vale destacar que, o abastecimento do Brasil era feito pela importação de recursos de refinarias americanas e britânicas, um setor oligopólico dominado por algumas grandes empresas como

a Standard Oil (Esso) e a Anglo-Mexican (SheU) (Moura 1986). Nesse sentido, os interesses de empresas norte-americanas na América Latina e no Oriente Médio, podem ser explicados a partir da rápida diminuição das reservas estadunidenses de petróleo, bem como a necessidade de preservá-las (Klöckner 2005).

Em primeiro lugar, a pressão sobre o governo brasileiro adveio, não raro, dos setores governamentais dos Estados Unidos nos anos antecedentes à apresentação do projeto de criação da Petrobras. Na ocasião da redação do Artigo referente à questão petrolífera da Constituição de 1946, emissários estadunidenses atuaram abertamente para influenciar as decisões do governo e do Congresso brasileiro. Ademais, as conversas de Eurico Gaspar Dutra e do embaixador americano William Pawley são exploradas por Carvalho Jr (2014), evidenciando o envolvimento desse país com o lobby de empresas petrolíferas.

Consoante a isso, a administração de Harry Truman argumentou que as empresas estadunidenses detinham conhecimento técnico, experiência e capital necessários para realizar a exploração do petróleo brasileiro, sendo necessária a cooperação nessa área. Nesse sentido, os governos estadunidenses tiveram como um dos objetivos de sua política externa no Brasil pressionar pela liberação da exploração do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras (Carvalho Jr 2014). Nos anos seguintes, a existência de parcerias com empresas norte-americanas para o desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil seria uma das justificativas utilizadas, pela ala nacionalista, para barrar o projeto de criação da Petrobras (Carvalho Jr 2014). Hirst (1990) destaca a insatisfação do governo estadunidense no processo de tramitação da Petrobras, que se materializou em uma série de pressões políticas.

Um segundo fator a ser destacado é que a pressão sobre o governo Vargas advinha também de organizações internacionais recém fundadas no contexto pós-1945. Conforme Bastos (2006), a necessidade de contar com recursos do Banco Mundial e de outras organizações econômicas tornava os projetos brasileiros vulneráveis à interferência do capital estrangeiro. Essa necessidade colocava o Brasil em contato com agentes e interesses político-financeiros que incentivavam a limitação da presença estatal em empresas, políticas de liberalização econômica e medidas que dispunham sobre os recursos naturais de forma desfavorável aos países em desenvolvimento.

Sob outra perspectiva, cabe analisar de forma mais profunda a atuação de interesses estrangeiros a partir da mídia e do jornalismo. O Repórter Esso, um noticiário histórico do rádio e da televisão brasileira, foi um dos principais meios de propaganda político-ideológica de interesses petrolíferos estrangeiros. O grupo Esso, comandado pela família Rockefeller — fundadora da Standard Oil Company, empresa cujo acrônimo SO deu origem ao nome do grupo Esso —, iniciou a transmissão do noticiário no Brasil em 1941, tendo como objetivo vincular sua imagem a um programa radiofônico, de forma a ganhar credibilidade e influenciar a opinião pública. O programa era dirigido pela McCann-Erickson, empresa estadunidense que atuava no ramo de publicidade. Através do programa, buscava-se também vender produtos e influenciar a política brasileira e o governo Vargas (Klöckner 2005).

Diversas temáticas eram tratadas no noticiário, sob a ótica dos Estados Unidos, como a Segunda Guerra Mundial, o processo de Independência da Índia e a Guerra da Coreia, por exemplo (Klöckner 2005). A narrativa construída era fortemente vinculada aos interesses de manutenção da hegemonia estadunidense no hemisfério.

De acordo com Castilho (2008), as notícias sobre o setor petrolífero brasileiro eram filtradas no Esso, embora acontecimentos relativos à nacionalização do petróleo em outros países fossem explorados pelo noticiário. De acordo com Klöckner (2001), “no episódio debatido pelo Congresso sobre a exploração de jazidas de petróleo por empresas estrangeiras, o Esso assumiu posição: desconsiderou o principal assunto discutido nos anos 50.” Dessa forma, o Repórter Esso atuava muitas vezes suprimindo pautas importantes em nível nacional. Visando conservar seus privilégios, além da Standard Oil, outras companhias de petróleo, como a Shell e a Atlantic, também despenderam consideráveis recursos com o intuito de dificultar a monopolização do recurso. O aumento do investimento em publicidade na década de 1950, em cerca de 200%, reflete a popularização desse meio de comunicação no Brasil, bem como a necessidade de reagir aos embates do petróleo e à defesa da sua monopolização (Carvalho Jr 2014; Klöckner 2001, 2005).

A Lei 2.004 de 1953, que criou a Petrobras e regulou o setor petrolífero no Brasil, determinou que empresas como a Standard Oil comprassem os derivados do petróleo da estatal, sem nenhum controle sobre a cadeia produtiva do recurso. Mesmo depois de sancionar a lei, o governo Vargas continuou sofrendo pressões internas e externas⁵ (Carvalho Jr 2014; Klöckner 2001, 2005). De acordo com o jornalista Genival Rabelo, a Standard Oil realizou reuniões com autoridades brasileiras em 1953, ameaçando o governo de intensificar as suas ações na mídia, para derrubar Vargas. No caso da Standard Oil, em específico, embora o governo brasileiro tenha imposto diversas legislações proibitivas da exploração de petróleo desde a década de 1930, em especial após a criação do CNP em 1938, a empresa continuava, nesse período, a defender que as empresas norte-americanas podiam explorar petróleo no Brasil (Castilho 2008; Klöckner 2005; Martins 2015).

Em 1957, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações políticas dos grupos Esso e Shell no Brasil. A CPI teve como cenário o suicídio de Vargas e as acusações feitas por ele na sua carta testamento contra as empresas multinacionais e os interesses que impediam o desenvolvimento nacional e que, de acordo com ele, teriam levado a enormes pressões contra seu governo e sua pessoa. É interessante pontuar que quem presidiu a comissão foi o filho de Vargas, o deputado Luthero Vargas, abrindo precedentes para questionamentos sobre a imparcialidade da CPI (Brasil 1959; Castilho 2008; Klöckner 2005). O seu resultado foi a comprovação de que a McCann-Erickson tinha ligações com a Esso desde 1935, e que:

A distribuição de verbas [era] destinada, de forma praticamente exclusiva, aos veículos que se posicionaram a favor da multinacional e contra a nacionalização da exploração do petróleo. A Esso Standard do Brasil era a principal cliente da agência, despendendo 25 milhões ao ano para a publicidade em jornais, revistas e estações de rádio. Na CPI, o presidente da McCann, Armando de Moraes Sarmiento, admitiu que “o Repórter Esso no rádio e, hoje, na televisão são os veículos básicos para a propaganda da Esso” (Klöckner 2005, 10).

5. O aumento do investimento em publicidade no período representava uma reação à campanha em defesa da solução estatal do petróleo. Em 1953, ano de criação da Petrobras, a concorrente Esso exerceu papel de liderança em termos de gastos publicitários [...]. Outras companhias de petróleo, como Shell e Atlantic, também despenderam elevados recursos com veiculação de anúncios na imprensa. O ritmo dos investimentos da Esso não diminuiu ao longo da década. Em 1959, os gastos da multinacional chegaram a 80 milhões de cruzeiros, aumento de 185% em relação a 1953 (Castilho 2008, 6).

Analisa-se que, mesmo com a existência de questionamentos sobre a CPI, os próprios discursos do Repórter Esso mostram a campanha de promoção de interesses estadunidenses no Brasil. Nesse sentido, a Comissão também comprovou que a Esso e a Shell gastaram cerca de 31 milhões de cruzeiros em publicidades voltadas à venda de combustíveis. Adicionalmente, deve-se compreender que a pressão da grande imprensa sobre os planos nacionalizantes de Getúlio abrangia diversos meios jornalísticos além do Repórter Esso. As empresas estrangeiras detinham significativo controle das agências de publicidade nacionais, muitas das quais já alinhadas com os setores desfavoráveis ao governo Vargas (Brasil 1959; Klöckner 2005). Assim,

Os jornais que recebiam da Esso, via agência, em 1956, e estavam contra a política nacionalista de exploração do petróleo, eram, no Rio de Janeiro, o Correio da Manhã, Diário da Noite, O Globo, Tribuna da Imprensa, O Dia, Jornal do Brasil e Luta Democrática. Em São Paulo, O Estado de São Paulo, A Gazeta, Folha da Manhã, Folha da Tarde, Diário de São Paulo, Diário da Noite, O Dia, A Hora e Diário Popular (Klöckner 2005, 13).

Conclui-se que os interesses estrangeiros no Brasil mobilizaram recursos financeiros e ideológicos para interferir na política nacional no que se refere à nacionalização do petróleo e à criação da Petrobras. Foram utilizadas ameaças e coerção do governo, processos de lobby, além de disseminação de informações enviesadas não apenas no Repórter Esso, mas também, em uma série de jornais nacionais, com o intuito de influenciar a opinião pública nacional. Nesse sentido, a polarização nacional em torno da questão petrolífera, e sua consequente pressão sobre o governo Vargas, deve ser analisada sob a luz das ações midiáticas empreendidas pelas empresas estrangeiras. À vista disso, a instabilidade do Segundo Governo Vargas adveio principalmente dessas campanhas de oposição alinhadas aos setores mais “entreguistas” do cenário político brasileiro.

5. Análise da Articulação Política do Segundo Governo Vargas em Relação ao Petróleo

A análise da articulação política do segundo governo Vargas em relação ao petróleo deve ser baseada no contexto econômico nacional-desenvolvimentista brasileiro deste período, nas disputas internas para o manejo deste modelo econômico e do próprio papel que o “ouro preto” desempenharia nesse cenário, bem como na trajetória já estabelecida das políticas referentes a este recurso natural. Conforme tais bases, esta sessão tem como objetivo a compreensão do contexto econômico que deu origem ao que Almeida (2008) denomina como “políticas do petróleo”, seus antecedentes, como se apresentam durante o segundo governo Vargas e como se relacionam com as intenções estrangeiras, de modo a analisar a conjuntura da articulação política de Vargas em relação ao petróleo.

O debate assinalado anteriormente entre “entreguistas” e “nacionalistas” é transpassado às instâncias acadêmicas e à avaliação da própria política de Getúlio Vargas enquanto nacionalista ou entreguista. Como aponta Bastos (2006), o modelo nacional-desenvolvimentista de Vargas e os meios utilizados por ele para o seu alcance motivam confusões conceituais. Isto é, a disposição de Vargas ao buscar um meio termo para a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro coloca em dúvida

seu objetivo político de superação da posição de dependência primário-exportadora que o Brasil ocupava no mercado internacional (Bastos 2006).

No entanto, apesar das diferentes argumentações conceituais referentes aos meios político-econômicos percorridos por Vargas, tem-se a construção e a consolidação do desenvolvimento econômico brasileiro vinculado ao interesse estatal e centralizado pelo Estado. Portanto, tem-se a emergência do modelo nacional-desenvolvimentista, o qual, independente dos caminhos empregados, destinava-se a romper com o paradigma liberal no qual o Brasil não poderia desvincular-se nem de sua especialização primária-exportadora, nem de uma certa “passividade” associada ao país frente às pretensões externas para exploração de suas riquezas naturais (Bastos 2006).

Nesse sentido, Bastos (2006) observa que a pauta do desenvolvimento econômico se associava, principalmente, à substituição de importações com o advento da industrialização de base e a mudança posterior da pauta de exportação. A partir desse contexto, o petróleo passa a desempenhar um papel importante para o governo Vargas e para aqueles que compactuavam com os objetivos desse governo — ainda que discordassem entre si quanto à proporção da participação do capital estrangeiro para o atingimento dos mesmos fins.

A exploração, refinamento e distribuição do Petróleo, como supracitado, foi alvo de disputa entre “entreguistas” e “nacionalistas”. Para tanto, houve movimentação política e medidas tomadas pelo Segundo Governo Vargas em direção ao manejo do “ouro preto” e consequências nos diversos níveis de disputa de poder. Quanto ao que Almeida (2008) denomina de política do petróleo — a qual teve início, na verdade, com Monteiro Lobato⁶ —, sua etapa inicial confere três fases distintas que serão desenvolvidas abaixo.

A primeira delas se refere ao período posterior à crise de 1929. Com a “grande depressão”, houve, no Brasil, uma ruptura de abastecimento de petróleo, entre outros insumos, a qual se deve sobretudo pela carência de divisas brasileiras capazes de sustentar a exportação do petróleo (Almeida 2008). A década de 1930 brasileira, dessa forma, esteve quase toda voltada para a busca dessa preciosa matéria-prima tão necessária para o desenvolvimento do país (Almeida 2008; Hirst 1990). A exemplo do início das políticas de petróleo, tem-se o código de minas e águas da Constituição de 1934. Diferentemente do que era estabelecido pela Constituição de 1891, na qual o subsolo pertencia àquele que detinha a posse da superfície, a nova Constituição de 1934 dá direito à União aos recursos do subsolo, ou seja, esses recursos devem servir aos interesses públicos, não mais privados (Almeida 2008).

A segunda fase é marcada pela criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), instituído em 1938 pelo Decreto-Lei n. 395 e subordinado à Presidência da República, sendo também um indicativo da iniciativa governamental de regulamentação do petróleo do Brasil (Avellar e Santos 2016; Brasil 1938a). Além disso, o papel do Estado foi intensificado quanto à atividade petrolífera, aos moldes das políticas nacionalistas próprias do século XX, especialmente na América Latina⁷ (Avellar e Santos 2016). Em

6. “Despertado para a importância crucial do petróleo e do aço para o desenvolvimento nacional, ele começou cedo sua luta pela exploração de petróleo no Brasil: em 1918 ele fundou uma Empresa Paulista de Petróleo, sem que, no entanto, dela adviessem possibilidades concretas, à falta de capitais, equipamentos e competências” (Almeida 2008, 6).

7. Como exemplo, Avellar e Santos (2016) citam a criação, em 1938, da estatal Petróleo Mexicano

corroboração à característica nacionalista da segunda fase da etapa inicial das políticas do petróleo, o CNP passa a controlar, através do decreto 938 de 1938, todo o setor petrolífero brasileiro, reservando aos brasileiros o direito da exploração exclusiva de qualquer atividade ligada ao petróleo (Almeida 2008; Brasil 1938b).

Além disso, a emenda constitucional de 1940 unifica os preços de venda do petróleo nacionalmente, institui o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes de origem mineral e atribui à União a competência privativa de toda a tributação da produção, distribuição, consumo e comércio exterior dos combustíveis líquidos (Almeida 2008). Ainda, Hirst (1990) observa que, apesar da intenção das companhias petrolíferas — como a Standard Oil, Texaco, Atlantic Refining Company e Anglo-American⁸ — de instalar suas refinarias no Brasil antes que tal processo caísse em mãos nacionais, a posição do governo brasileiro logrou, em 1948, que a primeira refinaria instalada no país fosse 100% estatal, situada em território baiano.

A terceira fase tem início com a inauguração da Petrobras em 1953, mas o seu contexto de criação não se configura como uma continuação natural das políticas nacionalistas da segunda fase, mas sim um resultado de disputas internas e externas que trazem complexidade ao segundo governo Vargas. Esta fase é um dos momentos mais estratégicos para a indústria de petróleo e gás natural no Brasil, uma vez que as políticas públicas para a questão são tratadas como temáticas de soberania nacional (Avellar e Santos 2016; Hirst 1990). Neste ponto, avalia-se três importantes alçadas da articulação política varguista durante 1950 até 1954 em relação ao petróleo, sendo elas: 1) medidas internas para a formulação de políticas do petróleo; 2) políticas externas conciliatórias, e 3) contenção das pretensões estadunidenses frente à temática. Tais instâncias serão desenvolvidas a seguir.

As políticas do petróleo em seu aspecto doméstico, pensadas durante a primeira metade da década de 1950 estabeleceram diretrizes do monopólio da União sobre a pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo e seus derivados (Avellar e Santos 2016). Da mesma forma, a lei n. 2.004/53 “dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do conselho nacional do petróleo, institui a sociedade anônima, e dá outras providências” (Brasil 1953d). Diante dessa lei, o CNP se encarrega de orientar e fiscalizar as atividades petrolíferas, enquanto a Petróleo Brasileiro S.A.⁹ foi responsabilizada pela execução dessas atividades (Brasil 1953d; Avellar e Santos 2016). Isto demonstra avanço no setor petrolífero, desempenho de funções e estabelecimento de burocracias, políticas que projetam-se externamente, causando eventuais impasses ao governo nacional.

Como coloca Almeida (2008), durante a campanha de Getúlio Vargas para as eleições democráticas de 1950, percebe-se um tom nacionalista quanto a exploração dos recursos naturais, mas carregado de ressalvas convidativas ao capital estrangeiro. Essa tonalidade foi materializada, um ano depois, no envio do projeto de lei que propunha a criação de uma empresa de capital misto, a Petróleo Brasileiro S.A., a qual não previa o monopólio estatal exclusivo. Isto porque Vargas intencionava a

(Pemex) e, em 1948, a apropriação feita pelo Estado de 50% dos lucros das Oil Companies (OC's) na Venezuela.

8. “[...] a companhia deixaria de se chamar The Anglo-Mexican Petroleum Company, adotando em 1946 o nome de Shell-Mex Brazil Limited [...]” (Shell 2023).

9. Petrobras.

cooperação econômica dos Estados Unidos para a construção de refinarias, conter suas hostilidades, bem como garantir apoio popular (Martins 2015 *apud* Hirst 1990). No entanto, como discutido na terceira seção, o setor privado dos Estados Unidos não almejava cooperações econômicas, se não, desejava, além de deter o refinamento do petróleo brasileiro, explorá-lo, como registra Hirst (1990).

Frente às pretensões estadunidenses e de suas empresas, a política externa brasileira durante o segundo governo Vargas, em relação ao petróleo, atuou de forma conciliatória num primeiro momento. Foi assim tanto pelos motivos supracitados, quanto pela leitura de conjuntura internacional feita por Vargas que, tendo o saldo da vitória do projeto siderúrgico auxiliado pelos Estados Unidos na década de 1940 por meio das negociações para o alinhamento brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, propôs que o mesmo caminho poderia ser percorrido agora com o projeto petrolífero (Hirst 1990; Moura 2006).

No pós Segunda Guerra, porém, o Brasil perde sua relevância estratégica, assim como seu poder de barganha com os Estados Unidos (Moura 2006). Acerca desse câmbio conjuntural, Hirst (1990) propõe que, uma vez já estabelecida a relação de dependência brasileira em relação à potência capitalista, tem-se a perda do poder de barganha brasileiro. Dessa forma, a exploração do petróleo torna-se objeto de embates que extrapolam seus limites para atingir o questionamento dessa relação de dependência, ilustrados nas sessões anteriores.

Por fim, apesar dos Estados Unidos estarem envolvidos em outras frentes de disputas político-econômicas (Moura 2006), a criação do monopólio petrolífero brasileiro não passou despercebida. A reação estadunidense e sua relação fragilizada com o Brasil durante esse período foi bem descrita por Hirst (1990):

Durante todo o período de tramitação no Congresso do projeto petrolífero, foi demonstrada, por parte de atores privados e governamentais norte-americanos, uma profunda insatisfação quanto ao direcionamento da questão no Brasil. O descontentamento de Washington aparecia não apenas em pressões diretas ao governo brasileiro, mas também através de uma "indisposição" generalizada, manifestada junto a Vargas e seus colaboradores. Este era identificado como o principal responsável pela onda nacionalista no Brasil que, de acordo com a administração norte-americana, vinha sendo estimulada por sua atitude excessivamente complacente com as forças comunistas locais. De fato, a criação da Petrobrás feriu os interesses dos Estados Unidos, sem beneficiar os de Vargas (Hirst 1990, 47).

Em suma, vê-se nessa sessão que o contexto econômico nacional-desenvolvimentista brasileiro destinava-se a romper com o paradigma liberal no qual o Brasil estava inserido. Contudo, os meios utilizados por Vargas para o alcance deste objetivo motivam dúvidas conceituais no que tange à avaliação de sua articulação política enquanto nacionalista ou entreguista. Observa-se essa afirmação a partir, por exemplo, do papel central que o petróleo passa a desempenhar no cenário político brasileiro e como o recurso passa a se tornar objeto de disputa entre “nacionalistas” e “entreguistas” — que discordam em referência à proporção da participação estrangeira na cadeia produtiva do petróleo nacional —, assim como entre empresas estadunidenses e o governo brasileiro.

Por isso, o segundo governo Vargas foi palco para tomada de medidas importantes que direcionaram o manejo do “ouro preto” ao monopólio estatal, simbolicamente retratado na criação da Petrobras. No entanto, como visto, a inauguração desta

empresa não foi uma continuação natural das políticas nacionalistas do petróleo — primeira e segunda fase —, mas sim um resultado de disputas internas e externas que trazem profundidade ao período, visto as tentativas conciliatórias de negociação de Vargas com os Estados Unidos e suas OCs.

6. Conclusão

A partir da pesquisa elaborada ao longo deste artigo, em conclusão, tem-se que a política do segundo governo Vargas para a defesa dos interesses nacionais se articulou de maneira a buscar apoio interno ao se aproximar do setor nacionalista brasileiro, mas mantendo o intuito de não desestabilizar as suas relações com o capital estadunidense presente na indústria petrolífera, representado, em grande medida, pela Standard Oil e pela Shell. Além disso, foi visto que os rumos das políticas do petróleo no Brasil foram direcionados pelo setor nacionalista, o qual exercia pressão sobre o poder Executivo para conter o capital estrangeiro no país.

Esse setor, porém, não encontrou facilidades para a orientação de suas políticas, visto que, concomitantemente, setores estrangeiros internacionais pressionavam o governo a liberar a exploração do petróleo brasileiro para empresas estadunidenses. Um marco relevante que ilustra a atuação dessas empresas no processo de enfraquecimento do governo Vargas e sua ala nacionalista é a promoção de campanhas midiáticas financiadas por essas grandes companhias de petróleo, como o noticiário Repórter Esso. Dessa forma, esses foram os impasses sociais e econômicos, expostos no processo de criação da Petrobras e gerados a partir do embate nacionalista do governo Vargas com empresas norte-americanas.

Contudo, os impactos dos debates domésticos do governo sobre a política externa varguista quanto ao petróleo geraram resultado na alteração do rumo da articulação política de Vargas, de modo a garantir, por fim, a criação da Petrobras. Foram as campanhas em torno do monopólio estatal da cadeia produtiva do petróleo que tornaram possível o fechamento da empresa ao capital externo, além de promover a alteração de decisão da UDN. Esse processo levou Vargas a abandonar sua política externa conciliatória para não perder sua base de apoio político nacional.

Portanto, a hipótese de pesquisa – a política externa varguista se articulou com a ala nacionalista e buscou negociar a atuação de multinacionais no Brasil, com o intuito de defender o interesse e a política industrial desenvolvimentista implementada na época – foi parcialmente sustentada. Isso porque inferir que a defesa do interesse nacional e da política industrial foi feita por iniciativa de Vargas, ou seja, que seu governo se articulou com setores nacionalistas por seu próprio interesse e meios políticos, é, na verdade, uma conclusão superficial do que de fato aconteceu e que esconde importantes embates políticos — inclusive a própria atuação conciliatória de Vargas.

Por conseguinte, o principal resultado da presente pesquisa indica que o governo Vargas foi permeado por disputas políticas, tanto internas quanto externas. A soma deste cenário à intensa mobilização das alas nacionalistas brasileiras desembocou na predominância dos interesses nacionalistas no que tange à monopolização estatal das cadeias de petróleo.

Recebido em: 15/04/2024.

Aprovado em: 16/12/2024.

Referências

- Almeida, Paulo Roberto de. 2008. *Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil*, editado por Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga, 144. Porto Alegre: Laser Press Comunicação.
- Avellar, Ana Paula Macedo de e Ricardo José dos Santos. 2016. Da criação do Conselho Nacional do Petróleo à política de conteúdo local: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo e gás natural no Brasil. *História Econômica & História de Empresas* 19 (1).
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. 2006. A Construção Do Nacional-Desenvolvimentismo De Getúlio Vargas e a Dinâmica De Interação Entre Estado e Mercado Nos Setores De Base. Acesso em: 31 de out. 2023, *Revista Economia* 7 (4): 239–275. https://anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf.
- Biasetto, Bruno. 2020. The oil industry in Brazil and Argentina: historiography and research possibilities in Latin American international relations/economic history. *Historiae* 11 (2): 46–59.
- Brasil. 1938a. *Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938*. Acesso em: 31 de out. 2023. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacaooriginal-73902-pe.html>.
- . 1938b. *Decreto-lei nº 938, de 08 de dezembro de 1938*. Acesso em: 31 de out. 2023. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-938-8-dezembro-1938-349356-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil, Câmara dos Deputados. 1959. *Diário do Congresso Nacional*. Acesso em: 06 dez. 2023, 19. <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30JAN1959.pdf#page=15>.
- Brasil, Senado Federal. 1953a. *Anais do Senado: ano de 1953. Livro 1*. Acesso em: 31 de out. 2023. Rio de Janeiro. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf.
- . 1953b. *Anais do Senado: ano de 1953. Livro 3*. Acesso em: 31 de out. 2023. Rio de Janeiro. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf?_gl=1*9cgb11*_ga*NjkwMzI1MjI5LjE2OTg3ODAxMDQ.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5ODc4MDEwNC4xLjEuMTY5ODc4NDA0OC4wLjAuMA.
- . 1953c. *Anais do Senado: ano de 1953. Livro 4*. Acesso em: 31 de out. 2023. Rio de Janeiro. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%204.pdf.
- . 1953d. *Lei N. 2.004 – De 3 de outubro de 1953*. <https://legis.senado.leg.br/norma/543774/publicacao/15658404>.

- Carvalho Jr, Helid Raphael de. 2014. O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro: A Campanha “d’O Petróleo é Nosso” (1947-1953). Acesso em: 28 de out. 2023. Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense. <https://dcp.uff.br/wp-content/uploads/sites/327/2020/10/Tese-de-2014-Helid-Raphael-de-Carvalho.pdf>.
- Castilho, Márcio de Souza. 2008. A presença da Esso na imprensa brasileira. *RuMoRes* 2 (3).
- Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno. 2002. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: EdUnb.
- Figureira, Ariane. 2011. *Introdução à Análise de Política Externa*. São Paulo: Saraiva.
- Hirst, Mônica. 1990. *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-54)*. Acesso em: 31 de out. 2023. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6594/787.pdf>.
- Klöckner, Luciano. 2001. O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial. Em *XIV Congresso Brasileiro da Comunicação*. Acesso em: 06 dez. 2023. Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5722246430643375767694402644968017367.pdf>.
- . 2005. A Questão do Petróleo e o Repórter Esso. Em *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Acesso em: 06 dez. 2023. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/158308425968696278702529083945078947091.pdf>.
- Martins, Luis Carlos dos Passos. 2015. Petróleo e “nacionalismo” no segundo Governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobras. Acesso em: 28 de out. 2023, *Historiae* 6 (2): 401–425. <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7132/5581-15850-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Moura, Gerson. 1986. *A Campanha do Petróleo*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- . 2006. O Brasil na Segunda Guerra Mundial 1942–1945. Em *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, editado por José Augusto Guilhon Albuquerque e Ricardo Seitenfus, 118–162. Acesso em: 16 de jan. 2024. Rio de Janeiro: Lumen Juris. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5247805/mod_resource/content/1/Sessenta_Anos_de_Politica_Externa_Brasil.pdf.
- Ribeiro, Renata Albuquerque. 2015. A Energia na Política Externa Brasileira. Acesso em: 31 out. 2023, *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil* 4 (1): 45–58. <https://doi.org/10.12957/neiba.2015.13837>. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/13837/13514>.
- Shell. 2023. *Nossa História*. Acesso em: 18 jan. 2023. <https://www.shell.com.br/sobre-a-shell/quem-somos/nossa-historia.html>.
- Vargas, Getúlio. 1954. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Acesso em: 08 dez. 2023. Rio de Janeiro. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1954>.